

COOPERAÇÃO E DIÁLOGO ENTRE OS MINISTÉRIOS DA DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES: UMA AGENDA HORIZONTAL EM DEFESA

Cooperation and Dialogue between the Ministries of Defense and Foreign Affairs: a horizontal agenda on defense

Guilherme Frizzera¹

Introdução

A partir de 2016, o Brasil passou a contar com a institucionalização de um mecanismo multiministerial voltado para os assuntos de segurança e defesa. Contando com os Ministérios de Relações Exteriores e da Defesa, conjuntamente com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o presente organismo visa o permanente contato e diálogo entre esses ministérios. Desta forma, a agenda brasileira em relação aos assuntos de segurança e defesa terão uma agenda construída através de um concerto ministerial.

Uma discussão pertinente que ocorre contemporaneamente é a questão da horizontalização da política externa. Em outras palavras, a participação de outros atores que tiveram influência no processo decisório e que não pertencem ao quadro burocrático do Itamaraty. Devido ao processo de redemocratização e transparência, as decisões em política externa têm se tornado cada vez mais plurais, contando com a participação da sociedade civil e sendo estudadas por acadêmicos. A ausência dessa abertura e inclusão tornariam as decisões em política externa concentradas apenas a um órgão burocrático, trazendo consequências que poderiam variar desde a necessidade de contar com quadros qualificados e especializados em todas as áreas de atuação internacional do Brasil, a dificuldade em conciliar as demandas e prioridades dos demais ministérios, além da dificuldade de acessar os bastidores das tomadas de decisão.

O objetivo central deste artigo é conjecturar quais os benefícios e desafios para o Brasil ao contar com um mecanismo multiministerial voltado exclusivamente para a discussão e construção de uma agenda de segurança e defesa. A partir da análise dos objetivos oficiais, busca-se reafirmar a importância do país contar

¹ Mestre em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (IREL/Unb). Email: guilhermefrizzera.ri@gmail.com

com um diálogo e cooperação permanentes entres seus organismos administrativos neste assunto para a criação de uma agenda coesa em matéria de segurança e defesa.

A horizontalização da política externa brasileira

Desde a redemocratização do Brasil nos anos 1980, a participação da sociedade civil e de grupos organizados de fora do campo político no processo decisório do país tem sido uma questão importante para a consolidação dos princípios democráticos da nação. O processo de participação desses novos agentes no processo decisório não deixou de fora o campo diplomático, tornando a política externa uma fonte interessante de estudos sobre horizontalização.

Em primeiro lugar, este interesse em levar os estudos de horizontalização do processo decisório para o campo da política externa reside na caracterização dada ao Itamaraty de “isolamento” e “encapsulamento” burocrático (FARIAS E RAMANZINI JUNIOR, 2015, p. 8). Em outras palavras, deve-se assumir que existe uma concentração e centralização das tomadas de decisão em política internacional. Porém, com o advento da redemocratização e com a publicação de novos estudos, Farias e Ramanzini Júnior (2015) afirmam que essa percepção está equivocada, pois é possível registrar ao longo da história da política externa brasileira situações as quais agentes de fora do Itamaraty tiveram participação importante na tomada de decisão.

A forma mais comum em se estudar a horizontalização na política externa brasileira é na publicação de estudos de caso, tornando cada trabalho único. Desta forma, uma abordagem metodológica para os estudos de horizontalização proposto contempla cinco abordagens: 1) conceituação do termo de horizontalização; 2) parâmetros de comparação; 3) base empírica; 4) uso de fontes e; 5) papel das forças sistêmicas (FARIAS E RAMANZINI JÚNIOR, 2015, p. 7).

No caso da definição do termo de horizontalização, este conceito sofre com intercambiação de acordo com a terminologia utilizada pelo pesquisador. São exemplos dessa modificação: descentralização, pluralização, descapsulação e diversificação de interesses. Portanto, o primeiro desafio do pesquisador está em encontrar e utilizar uma definição clara e precisa sobre horizontalização a ser aplicada no seu objeto de estudo.

Para este artigo, toma-se o termo horizontalização como a participação de outros atores de fora do corpo burocrático do Itamaraty que possuem influência na construção de uma agenda ou no processo de tomada de decisão em um assunto específico. No caso em análise, o foco está na institucionalização de um mecanismo de coordenação multiministerial criado a partir de 2016, cujo foco está na construção de uma agenda de defesa para o Brasil. Fazem parte dessa institucionalização, além do Ministério de Relações Exteriores, o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

É importante ressaltar a existência de estudos prévios sobre esta temática de horizontalização na política externa brasileira. Faria (2008) e Faria, Nogueira e Lopes (2012), apontavam a mudança existente dentro do escopo burocrático do Itamaraty. Os principais pontos que podem ser observados na mudança do comportamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) partem desde um maior estreitamento e diálogo

com os demais órgãos, secretarias e ministérios, criando um ordenamento burocrático, perpassando por articulações com os governos estaduais e municipais e a inclusão de atores da sociedade civil e do empresariado. Para Cason e Power (2009), os governos Cardoso e Lula da Silva diminuíram o monopólio do Itamaraty na elaboração de política externa.

Isto se deve ao aumento do número de atores que estão influenciando ou tentando influenciar a formulação de políticas externas (em parte como consequência da democratização) e um aumento na diplomacia presidencial. Isso não significa que o Itamaraty tenha se tornado impotente, mas que teve de acomodar essas novas dinâmicas e viu sua influência relativa diminuir.

Outra crítica apontada por estudos sobre o papel do MRE está na divisão criada ainda na época do Barão de Rio Branco entre o que seria política externa e o que seria política doméstica (BURGES, 2013). Esta separação não seria mais possível dado os desafios e o escopo democrático e institucional existentes no Brasil. Assim como, dado os assuntos e pautas existentes, estes demandariam um escopo técnico demasiadamente grande dentro da burocracia do ministério (PINHEIRO E MILANI, 2012).

. Por se tratar de uma análise da criação de uma institucionalização multiministerial, não haverá comparação com outros objetos. Todavia, a questão de parâmetros de comparação serve para apontar para semelhanças e diferenças entre os objetos comparados. Os parâmetros devem ser claros, definidos e devem também tocar na questão temporal. Não se descarta que as pautas de segurança e defesa no âmbito internacional possam apresentar casos de horizontalização anteriormente na política externa brasileira. No entanto, o foco deste trabalho não é uma análise comparada, mas uma análise conjuntural.

Já a base empírica, o terceiro ponto metodológico importante para Faria e Ramanzini Júnior (2015), reside no argumento de que uma análise mais aprofundada do estudo da história da política externa do Brasil demonstra que em diversas situações, outros agentes tiveram peso e importância no processo decisório, indo contra o argumento do “insulamento” do Itamaraty. Não há uma explicação metodológica por parte dos autores, mas, fazendo uma interpretação através dos fatos demonstrados, é possível afirmar que a base empírica se relaciona aos eventos que influenciaram a tomada de decisão do objeto estudado.

O quarto ponto, a limitação do uso das fontes, se ancora no argumento de que os documentos legais e as entrevistas são as principais fontes utilizadas para justificar o argumento da horizontalização (FARIA E RAMANZINI JÚNIOR, 2015, p. 14). De acordo com os autores, muitos documentos legais apontam a participação de outros agentes no processo decisório ou a prerrogativa legal que determinada agência possui para definir a política externa de determinado assunto, mas que somente o exame empírico poderá comprovar se tal prerrogativa, assim como as entrevistas, possui influência na tomada de decisão ou se apenas participaram das reuniões e encontros. Participar não significa ter tido peso, relevância ou influência no processo decisório.

Por fim, a horizontalização pode ser vista como uma consequência das forças sistêmicas que afetam a tomada de decisões de política externa, como mudanças importantes no regime político, o processo de globalização e as mudanças no sistema internacional. Tais processos teriam um efeito causal, gerando uma

crescente diversificação dos atores que participam da formulação da política externa brasileira (FARIA E RAMANZINI JÚNIOR, 2015, p. 16). No que tange ao objeto estudado neste artigo conjuntural, uma das consequências sistêmicas que se pode inferir é a mudança do governo a partir do processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

No caso ao qual se propõe essa discussão, com o impeachment e a emergência de um novo governo, as mudanças no corpo ministerial aproximaram personagens de um mesmo grupo político e de um perfil menos técnico. A mais importante mudança ocorreu no cargo de Chanceler: durante os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, o cargo foi ocupado por diplomatas de carreira. A partir do governo Michel Temer, a função foi exercida por políticos². O cargo de Ministro da Defesa tem, ao longo de sua história, apresentado um perfil político, com apenas dois diplomatas ocupando a função³. Já o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI)⁴ apresenta apenas o perfil de militares. É importante ressaltar que, outra mudança a partir do governo Temer, foi a reintrodução do GSI. Portanto, com exceção do GSI que manteve o mesmo padrão de ocupantes do cargo de chefia, os outros dois ministérios sofreram modificações consideráveis.

Por fim, a partir dos parâmetros analíticos apresentados, o artigo buscará apresentar quais os benefícios para a agenda de segurança e defesa do Brasil a partir da institucionalização de reuniões multiministeriais voltada exclusivamente para este assunto.

Cooperação, diálogo e protagonismo internacional

Nos últimos dez anos, uma das mais importantes agendas internacionais do Brasil foi de criar uma instituição voltada para os assuntos de defesa: o Conselho de Defesa Sul-Americano da União das Nações Sul-Americanas (CDS). Esta primeira iniciativa regional de formalização de uma estrutura própria para criar um mecanismo permanente de diálogo e cooperação entre os países sul-americanos teve o Ministério da Defesa, na figura do então ministro Nelson Jobim, a principal liderança brasileira de negociação e implementação do Conselho (FRIZZERA, 2015).

Desde o seu princípio, o Ministro da Defesa brasileiro foi incumbido de manter e buscar reuniões com os demais ministros da defesa da América do Sul, assim como os presidentes das Repúblicas sul-americanas. Este papel negociador pode ser destacado em um discurso proferido pelo ex-presidente Lula da Silva, em 27 de junho de 2008, onde destacou importância da figura de Jobim e das negociações as quais ele participou:

Sobre o Conselho de Defesa, o meu ministro Nelson Jobim viajou por todos os países da América do Sul antes da reunião da UNASUL, conversou com todos os ministros de Defesa e, em alguns países, conversou até com os próprios presidentes da República. E, na reunião da UNASUL, nós chegamos à conclusão de

2 Primeiramente, o cargo foi exercido pelo Senador José Serra (PSDB-SP). Este foi substituído pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

3 O primeiro diplomata a se tornar Ministro da Defesa foi José Viegas Filho (2003 – 2004) e o segundo foi ex-Chanceler Celso Amorim (2011 – 2015).

4 Para este artigo, tomou-se como critério apenas os ocupantes do cargo propriamente a partir da criação do GSI em 1999. Ao longo da história, as funções do GSI foram de responsabilidade de órgãos como Casa Militar e Estado-Maior do Governo e incorporado na fusão que gerou a Secretaria do Governo durante o governo Rousseff.

que tinha algum problema para que amadurecesse melhor, para que pudesse discutir melhor. Mas eu estou convencido de que nós vamos constituir o Conselho de Defesa (BRASIL, 2008).

Assim como, em um outro discurso proferido pelo ex-presidente, fica evidente que as negociações para a implementação do CDS foram feitas de forma multiministerial e horizontal, conjuntamente entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Relações Exteriores – e a participação do próprio ex-presidente Lula da Silva. Em um discurso proferido em 18 de dezembro de 2008, o ex-presidente relata como foi a adesão da Colômbia ao projeto. Nesse discurso, fica claro que o Ministro da Defesa teve papel preponderante no processo de negociação.

Passados alguns meses, Jobim, eu e o Celso Amorim fomos a uma reunião de trabalho na Colômbia e, em meia hora de conversa com o Presidente Uribe e com o seu Ministro da Defesa, os dois também se colocaram de acordo, que queriam participar do Conselho de Defesa. E isso virou unanimidade entre todos os países da América do Sul. E hoje eu posso dizer para vocês que todos os presidentes veem o Conselho da Defesa como uma necessidade de garantir a soberania da nossa América do Sul (BRASIL, 2008).

Desde 2008, portanto, a existência de uma participação ativa do Ministério da Defesa em assuntos ligados às questões de defesa, no plano internacional, já é possível de ser detectada. Ainda não havia uma institucionalização deste diálogo à época, no entanto, a existência de uma articulação entre ministérios já se constatava. Acrescenta-se que no processo envolvendo a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, contou-se com a participação direta de militares como o Brigadeiro Gilberto Saboya Burnier, secretário de política, estratégia e assuntos internacionais do Ministério da Defesa no período e parte importante do processo de negociação (ETCHEGOYEN, 2014, inf. Verbal).

Dois fatores são importantes para se levar em conta ao protagonismo do Ministério da Defesa na política internacional do Brasil: o papel e personalidade de seus ministros e os rumos da política externa brasileira. Na última década, o cargo de Ministro da Defesa foi ocupado por personalidades que possuem um perfil de liderança política. Iniciando por Jobim, ele foi uma importante liderança na Assembleia Constituinte, Ministro da Justiça no governo Cardoso, Presidente do Supremo Tribunal Federal até ocupar o cargo de Ministro da Defesa. Seu sucessor, Celso Amorim, ocupou o cargo de embaixador em importantes organismos internacionais, ocupou o cargo de Chanceler por duas vezes e se destacou pela sua longevidade a atuação neste cargo. Acrescenta-se que ambos ocupavam cargos ministeriais concomitantemente. A atuação e a confiança presidencial de ambos promoveram os assuntos de defesa como prioritários na agenda internacional do Brasil.

No entanto, a partir do governo Rousseff, ocorreu uma mudança no prestígio e protagonismo do MRE que deve ser considerado. Enquanto o cargo de Ministro das Relações Exteriores sofreu com alterações de seu ocupante durante o governo de Rousseff, contrastando com a estabilidade e manutenção durante o governo Lula da Silva, o Ministério da Defesa permaneceu com o perfil de ocupantes que possuíam protagonismo político, mantendo o destaque e a importância que a pasta vinha recebendo ao longo dos anos. Não obstante,

o fato do sucessor de Jobim ter sido Celso Amorim, favoreceu este protagonismo que o MD já vinha experimentando devido a sua expertise, além de ter coincidido com um fraco desempenho dos Chanceleres à mesma época.

A partir da mudança de governo ocorrida em 2016, tanto o MD quanto o MRE foram comandados por políticos de carreira e pertencentes ao mesmo grupo político. Isto favorece a iniciativa em criar um mecanismo multiministerial. A primeira notícia que se tem sobre esta iniciativa é de novembro de 2016 onde, logo no primeiro encontro, ficou definido como objetivo principal construir uma “agenda internacional convergente de defesa e segurança” (MD, 2016). A importância em ter uma agenda conjunta se deve, de acordo com a visão de seus protagonistas – Raul Jungmann, Ministro da Defesa, e José Serra, Chanceler, à época – de que para o Brasil se tornar um protagonista global, as políticas de defesa nacional e externa necessitam de coesão permanente. Os interesses do Brasil devem contar com ambos ministérios trabalhando sob uma agenda comum e com ações coordenadas (MD, 2016).

Ainda neste primeiro encontro, ficou definido um conjunto de temas prioritários. Dentre eles, a participação brasileira em futuras missões de paz, indústria de defesa, cooperação no âmbito de Ciência, Tecnologia e Inovação, a questão da segurança nas fronteiras, as relações com os países vizinhos e a UNASUL (MD, 2016).

Desde este primeiro encontro multiministerial, ocorreram algumas iniciativas já entre ambos ministérios. Em novembro de 2016 ocorreu a primeira reunião de Consultas entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa. Neste encontro, os institutos de formação e estudos de ambos ministérios – Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, por parte do MRE e; Instituto Pandiá Calógeras, por parte do MD – realizaram uma série de apresentações de cenários internacionais conjuntos (MRE, 2016). Em março de 2017, ocorreu o segundo encontro desse tipo (MD, 2017). Não obstante, de acordo com Rubens Barbosa (2016), algumas mudanças ocorrerão na participação de políticas próprias dos ministérios. Dentre elas, o MD participará da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), na atuação das embaixadas brasileiras na promoção dos produtos de defesa brasileiros e na coordenação conjunta da atuação do Brasil no Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.

Essa institucionalização multiministerial é uma iniciativa inédita de juntar as agendas de defesa e política externa no Brasil. Apesar de ocorrem casos esporádicos de integração entre ambas agendas e da participação de ambos os ministérios como, por exemplo, nos casos dos Planos e das Estratégias de Defesa, a criação de um mecanismo permanente de diálogo e cooperação entre ambas burocracias é algo que independe da necessidade de se voltar esforços apenas por um objetivo ou política específica. Essa horizontalização, diálogo e cooperação tende de aumentar a eficiência nas políticas públicas de defesa e de política externa, a transparência, melhoria nos quadros técnicos e o surgimento e aperfeiçoamento de novas lideranças.

Considerações Finais

A iniciativa dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores em criar um mecanismo multiministerial

rial, conjuntamente com o Gabinete de Segurança Institucional, institucionaliza tanto a necessidade em se criar uma agenda internacional em comum em matéria de segurança e defesa, quanto transforma o MD em um agente importante da política externa brasileira.

O protagonismo que o Ministério da Defesa apresentou na última década reforçam a necessidade de uma maior horizontalização no processo decisório em política externa. Desta forma, a tendência é de que os assuntos relacionados à temática até então específicas a ambos ministérios possam ter um permanente diálogo e cooperação política, técnica e burocrática entre eles. No entanto, o principal desafio está em consolidar este mecanismo de forma permanente e que não dependa somente do perfil dos ocupantes dos cargos de ministeriais. O esforço deve ser permanente, independente do governo de ocasião e em presente contato com agentes de toda sociedade civil que possa contribuir na construção de uma agenda. Atuando de forma conjunta, a presença internacional do Brasil tende a ser mais ordenada e com uma maior amplitude, pois as agendas e prioridades estarão ancoradas em um mecanismo integrado e que conta com uma maior diversidade de visões, articulações, estratégias e formas de atuação.

Em 2018, este esforço de tornar consolidado este órgão multiministerial demonstra a necessidade de ser reforçado pelo governo brasileiro. A aposta de tratar a temática de defesa no âmbito da UNASUL vem demonstrando um desempenho abaixo do esperado. Uma década após a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, este mecanismo institucional não foi fomentado de forma apropriada, não sabendo lidar com as demandas e divergências entre os países membros (VAZ, FUCILLE E REZENDE, 2017). O resultado mais grave desse aspecto de pouco investimento institucional foi em abril de 2018, quando o Brasil e mais cinco países suspenderam suas participações na UNASUL⁵. Como muito do aprofundamento institucional depende do investimento de esforços dos seus membros, esta iniciativa multiministerial poderia contribuir para a inserção da agenda brasileira de defesa na esfera regional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rubens. Ministério da Defesa e Itamaraty unem forças. **Rádio USP**, 22 de nov. 2016. Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/ministerio-da-defesa-e-itamaraty-unem-forcas/>. Acesso: 30/01/2018

BRASIL. Presidência da República. **Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durante cerimônia de assinatura de atos**. Caracas, 27 jun. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2008/27-06-declaracao-a-imprensa-seguida-de-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez> Acesso: 02/01/2018.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de confraternização com oficiais-generais das Forças Armadas**. Brasília, 8 dez.

⁵ “Brasil e mais cinco países suspendem participação na Unasul”. Agência Brasil. 22 de abril de 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul> Acesso: 26/07/2018.

2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/08-12-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-de-confraternizacao-com-oficiais-generais-das-forcas-armadas> Acesso: 02/01/2018.
- CASON; Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, Pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 2., p. 117-140, 2009.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008.
- NOGUEIRA, Joana Laura Marinho; LOPES, Dawisson Belém. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 175-220, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000100005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 30 Jan. 2018.
- FARIAS, Rogério de Souza; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. Reviewing horizontalization: the challenge of analysis in Brazilian foreign policy. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 58, n. 2, p. 5-22, Dez. 2015.
- FRIZZERA, Guilherme. (2015) **O Conselho de Defesa Sul-Americano: a busca por uma identidade de defesa**. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 136.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Defesa, MRE e GSI aproximam agendas internacionais e criam mecanismo de coordenação**. 18 de nov. 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/26193-defesa-mre-e-gsi-aproximam-agendas-internacionais-e-criam-mecanismo-de-coordenacao> Acesso: 25/01/2018
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Defesa e Relações Exteriores realizam o 2º Seminário de Coordenação sobre Cenários Comparados**. 02 de mar. 2017. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/28830-defesa-e-relacoes-exteriores-realizam-o-2-seminario-de-coordenacao-sobre-cenarios-comparados> Acesso: 26/01/2018
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Reunião do mecanismo de coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa**. 23 de nov. 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17933-reuniao-do-mecanismo-de-coordenacao-entre-o-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-o-ministerio-da-defesa> Acesso: 26/01/2018
- PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. Introdução. In: Pinheiro, Leticia; Milani, Carlos R. S. **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro, FGV, 2012, p. 13-32.
- VAZ, Alcides Costa; FUCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. UNASUR, Brazil, and the South American defence cooperation: A decade later. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 60, n. 2, e012, 2017.

Recebido em 30 de janeiro de 2018.

Aprovado em 9 de junho de 2018.

RESUMO

A partir de 2016, os Ministérios da Defesa e de Relações Exteriores criaram um mecanismo permanente de cooperação e diálogo em matéria de segurança e defesa. Analisando os objetivos propostos, esta horizontalização da política externa brasileira tende a construir uma agenda comum nesta área, atuando de forma coesa e cooperativa.

Palavras-chave: Horizontalização Política; Segurança e Defesa; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

From 2016, the Ministries of Defense and Foreign Affairs set up a permanent mechanism for cooperation and dialogue on security and defense. Analyzing the proposed objectives, this horizontalization of Brazilian foreign policy tends to build a common agenda in this area, acting in a cohesive and cooperative way.

Key-words: Political Horizontalization; Security and Defense; Brazilian Foreign Policy.